

O PLANEJAMENTO URBANO SEGUNDO AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS*

URBAN PLANNING ACCORDING TO THE PHILOSOPHIC MAINSTREAMS

TÂNIA MARIA DE ARAÚJO FERREIRA**

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir, numa perspectiva teórica, sobre as práticas relacionadas ao planejamento urbano. Tem a finalidade de buscar os principais vínculos do planejamento com as mais importantes correntes filosófico-científicas que influenciam os processos relacionados à produção do saber. Para tal análise, dois grandes tópicos são construídos. O primeiro deles, intitulado "O planejamento e a modernidade", discute a natureza do planejamento no positivismo e no marxismo. O segundo, por sua vez, apresenta alguns aspectos do planejamento considerados relevantes e relacionados à abordagem da pós-modernidade.

Palavra-chave: Planejamento urbano.

ABSTRACT

This article's aim is to reflect about the practices related to urban planning in a theoretical way. Its purpose is the search for the main links of the urban planning with the most important philosophic and scientific mainstreams, which influence the processes related to the production of the knowledge. To this analysis, two big topics were built. The first one, entitled "The planning and the modernity", discusses the nature of the planning in the positivism and in the Marxism. In the other hand, the second one presents some aspects considered relevant of the planning related to the post-modernity's approach.

Keyword: Urban planning.

* Este artigo é parte da dissertação *Planejamento urbano: reflexões sobre as práticas no município de Belo Horizonte*, elaborada sob orientação do Professor Cássio Eduardo Viana Hissa e apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, em março de 1999.

** Professora convidada do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas. Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG. Consultora da Secretaria Municipal de Regulação Urbana de Belo Horizonte.

O presente trabalho é uma reflexão sobre o planejamento urbano, levando em consideração as concepções filosóficas que lhe dão origem. Conforme os paradigmas da modernidade, são avaliadas as concepções de planejamento urbano no positivismo e no marxismo. Por sua vez, abordagens tomadas como pós-modernas sugerem alternativas para a reconstrução de práticas relacionadas ao planejamento urbano.

O PLANEJAMENTO E A MODERNIDADE

O planejamento urbano é, em grande medida, uma projeção do mundo moderno. É certo que são vários os paradigmas ou correntes da modernidade das quais originam-se práticas de planejamento. Focalizamos as duas principais correntes filosófico-científicas: o positivismo e o marxismo.

O planejamento no positivismo

López de Lucio (1993, p. 54) afirma que, considerando o planejamento urbano como "qualquer forma de intervenção pública que implique um princípio de ordem, de regulação formal sobre o modo de produzir os assentamentos de população humana", essa área do conhecimento existe desde o surgimento das primeiras aglomerações, há 5.000 anos atrás. Afinal, ao se juntarem em espaços contínuos, os homens sempre seguiram uma lógica, considerando condicionantes que, naquele momento, eram mais fortes.

Contudo, Rodrigues (1987, p. 124) alerta que é apenas com o nascimento do capitalismo que a cidade deixa de ser somente o "*locus* do poder político" e é construída uma nova estrutura social, mais complexa em suas relações internas. Assim, a consolidação das cidades européias ocorreu com o fim do período feudal, com a expulsão dos camponeses das terras agrárias no decorrer do século XIV, já apresentando, desde esse momento, vários problemas provenientes da concentração populacional e de capital.

A forma de assentamento da população não seguia nenhuma regra urbanística e, dentro de um espaço exíguo, o resultado foi o surgimento de lugares com altas densidades, vias estreitas e tortuosas. O incômodo do traçado dessas aglomerações começa a ser registrado no século XVII, quando o próprio Descartes registra: "Dir-se-ia que a casualidade, mais que a vontade dos homens usando a razão, é o que as dispôs desta maneira" (López de Lucio, 1993, p. 64). Certamente, o pensamento cartesiano não estava presente ao se construir esses espaços, mas alguma lógica existia, mesmo a lógica do caos, que, segundo Machado (1987, p. 176), cumpria seu papel junto à sustentação capitalista.

No século seguinte, justificados pelo mesmo impulso racionalista do precursor do positivismo, muitos teóricos já apontavam soluções de desenho urbano para as deterioradas ruas de Paris. As bases das propostas compunham o mesmo quadro das premissas da estética renascentista: "a linha reta, a perspectiva monumental e a uniformidade". (López de Lucio, 1993, p. 64)

Verifica-se, realmente, que o capitalismo fez da cidade seu principal palco, o que na fase da industrialização ficou mais reforçado. Afinal, neste local se encontravam a mão-de-obra e a infra-estrutura necessárias ao estabelecimento de suas principais atividades. Apenas a matéria-prima devia ser deslocada, o que tinha um custo financeiro e social menor. Acrescenta-se, ainda, o fato de a população assumir um duplo papel no sistema: de fazer e consumir o produto. Quanto maior a aglomeração, menos gastos com a busca do mercado. Em princípio, não importava como viviam essas pessoas, desde que continuassem sendo consumidores.

Por outro lado, a administração pública municipal, rendida ou não ao capital, tenta efetivar a proteção do cidadão por meio de vários instrumentos de planejamento. Justifica-se, assim, a necessidade de ordenar o espaço urbano: segurança das construções (incêndios e desmoronamento); cuidados com a higiene das habitações e ruas (insolação, ventilação e saneamento); facilidade de circulação e proteção do pedestre; questão estética; racionalização do trabalho do poder público e previsão de equipamentos de saúde, educação e lazer para a população (López de Lucio, 1993, p. 67). Entretanto, essas regulamentações não alteram as áreas urbanas.

Com o processo de industrialização, a cidade decimonônica representa o auge da realização burguesa do progresso, lugar privilegiado da circulação de mercadorias e da produção. Mas como a forma desorganizada conserva seu *habitat*, pode ser sugerida a ausência de planejamento. No entanto, para Machado (1987, p. 117), tanto o "caos e a desordem" como algumas intervenções pontuais, que ocorrem nesse século, seguem a mesma ordem de um "planejamento urbano invisível", que segrega e privilegia a classe detentora do poder econômico. Haussmann sabia a quem estava servindo ao remodelar o centro de Paris, abrindo espaço para a burguesia e o exército. Segundo a autora, "a legislação sanitária, a lei de expropriação e os projetos urbanos parciais seriam apenas a forma visível, os ins-

trumentos do controle e da disciplina dentro desse plano urbano invisível". (Machado, 1987, p. 120)

O modelo higienista, que focaliza, sobretudo, o saneamento básico e a salubridade das construções e das ruas, encontra nessa proposta uma conveniente aliada, reiterando a idéia de "limpeza" em todos os sentidos. A associação da saúde à luz solar dentro de casa e a ruas limpas e arborizadas tem um caráter social, mas foi usada, muitas vezes, como forma de expulsão da população menos favorecida de lugares mais nobres.

As críticas à cidade industrial aumentavam no ritmo de sua expansão. Os problemas provenientes de um crescimento sem planejamento alimentaram a imaginação de muitos pensadores do século XIX. A ação dos médicos sanitistas e algumas tentativas de controlar as alturas dos edifícios, associando-as às larguras das ruas em que se encontravam, ainda não satisfaziam o espírito inovador da época.

A razão como força motriz atendia perfeitamente à idéia de "sanear" a realidade, organizar a sociedade, organizar o espaço físico, definindo-se o lugar de cada atividade. A lógica capitalista ultrapassa os muros da fábrica e, reconhecendo os "males" da cidade industrial, os estudiosos do assunto acreditavam na possibilidade de tratar o espaço como se conserta uma máquina.

Foi nesse ambiente e alimentados por esses princípios que os chamados socialistas utópicos construíram seus modelos de cidades ideais. Algumas foram executadas, mas sem sucesso. Os projetos dessas comunidades, que incluíam até mesmo as edificações, eram rigidamente setorizados em relação à utilização do solo e ao modo de se viver, sendo que cada atividade e cada pessoa tinha seu lugar definido e todas as necessidades básicas da população deveriam ser satisfatoriamente atendidas: educação, trabalho, habitação e lazer (Benévolo, 1981, p. 53-74). Por meio do cooperativismo, os benefícios da produção seriam distribuídos para todos, de modo a se alcançar a harmonia social. À semelhança de uma máquina, os encaixes deveriam ser perfeitos, para não haver o risco de se perder o produto, eliminando-se, assim, as desordenadas cidades industriais.

Benévolo (1981, p. 46) considera os utópicos como promotores da "construção de uma comunidade democrática". Entretanto, Machado (1987, p. 121) destaca um aspecto das experiências que contradiz os pressupostos básicos que levaram Benévolo a expressar essa opinião. É o forte aparato autoritário e, por vezes, paternalista, que impede a atuação política. A autora cita Choay, que alerta, também, para o papel opressor do espaço construído proposto. Em sua crítica, pode-se encontrar a total incorporação do pensamento positivista à proposta dos utópicos: a soberania da razão, da ordem, da eficiência, da assepsia, do rigor e da negação à politização.

Contextualizando-se esses empreendedores em seu tempo, pode-se compreender o grande incômodo que as cidades industriais causavam. Mas, por outro lado, percebe-se que a pressão de um lugar malformado camuflava o verdadeiro proble-

ma, como se a realidade urbana capitalista se resumisse ao seu traçado e edificações. As péssimas condições eram tão generalizadas e as análises de tal maneira restritas¹ que se definiram por um exagerado apego ao aspecto formal do cenário urbano.

A concepção positivista investiu na idéia de que existe uma rigorosa relação entre o meio físico e as atividades humanas e, assim, ao se transformar apenas as ruas e as edificações, transforma-se o homem que as utiliza para viver. Essa não é uma questão exclusiva dos envolvidos com os estudos urbanos do século passado, mas de todas as disciplinas que tinham o homem e seu habitat como objeto de estudos. Provavelmente, o modelo que mais consolidou essa linha de pensamento tenha sido o determinismo geográfico. Sustentado teoricamente pelas idéias evolucionistas de Darwin, o modelo sugere que o meio físico determina as atividades humanas, além de se empenhar na "busca do rigoroso encadeamento causal existente entre os fatores físicos e os fenômenos humanos". (Capel & Urteaga, 1991, p. 28)

A doença pulmonar não era causada apenas pela falta de sol nas moradias, mas, principalmente, pela falta de alimentação adequada. A miséria estava presente há séculos nos aglomerados humanos. No entanto, na cidade industrial a situação se acirrou. Os conflitos e os valores internos à produção refletiam-se na cidade, com as desigualdades e a exploração sociais (Machado, 1987, p.121), o lucro e a especulação. A cidade deve, além de funcionar como uma máquina, produzir lucros como uma fábrica.

A segunda metade do século passado foi marcada por uma forma fortemente conservadora de planejamento. Na Europa, cidades como Paris, Viena, Barcelona e Madrid sofrem mudanças radicais, seja em reformas de áreas ocupadas (obras de Haussmann), seja em expansões em terrenos lindeiros (*ring e ensanches*). Para a realização desses empreendimentos, López de Lucio (1993, p. 75) aponta:

Este "urbanismo neoconservador" (...) se caracterizaría por un gran pacto entre la Administración pública y los intereses privados: la primera gestionaría y ordenaría la ciudad, implantando el orden mínimo que haga posible su eficaz funcionamiento de conjunto; los segundos controlarían y se beneficiarían de las plusvalías generadas en las operaciones de reforma interior y de la extensión de la ciudad.

Os objetivos básicos eram, segundo o mesmo autor, dar condições para o pleno funcionamento do processo produtivo: criar espaços com infra-estrutura, boa rede de transporte de mercadorias e de pessoas, acesso ao mercado de consumo etc., facilitando, ainda, as relações funcionais; garantir a ordem social e organizar o lugar de satisfação das exigências das novas classes sociais (burguesia industrial, técnicos etc.).

¹ Apesar de Engels e Marx, entre outros, já terem publicado várias obras que expressavam novas teorias, os estudos sobre a questão urbana, ainda incipientes, eram dominados pelo pensamento positivista, mesmo porque os escritos marxistas não abordaram objetivamente este assunto, como será visto na próxima parte deste trabalho.

As ruas curvas, que tanto incomodavam Descartes, transformaram-se em grandes bulevares. Seus antigos moradores são retirados e os terrenos valorizados. Baseada, também, no pensamento racional, a implantação das *ensanches* – áreas de expansão das cidades medievais – segue a mesma lógica.² A terra urbana assumiu um valor de mercadoria e, como consequência, o processo de segregação da população ficou mais explícito. Essa apropriação privada do aumento do custo da terra, devido à ação do poder público, marca a introdução de uma instância que sempre vai acompanhar a discussão sobre o planejamento urbano: a especulação imobiliária.

López de Lucio (1993, p. 81) afirma que o planejamento teria o poder de regular a ação dos especuladores, assegurando “a distribuição ordenada e mais ou menos equitativa entre todos os proprietários do solo”. Um artifício para atingir esse alvo seria a zonificação (*zoning*): limitação dos usos, atividades ou tipologias possíveis de serem implantadas em determinadas áreas da cidade.

Surgida na Alemanha no início do século XX, a idéia de *zoning* se desenvolve juntamente com o Plano Regulador e o Regulamento das Edificações,³ que tinham como objetivo definir as áreas de expansão, a estrutura viária e os parâmetros para os projetos de edificações. Esses instrumentos resultavam de estudos de vários teóricos que, em suas análises, consideravam os inúmeros fatores do universo urbano. Em 1906, a Associação de Arquitetos e Engenheiros Alemães afirma “que a função da urbanística é ‘harmonizar fatores de caráter técnico, estético, higiênico-sanitário, social e econômico’”. (López de Lucio, 1993, p. 81)

Não obstante as nobres intenções iniciais, a técnica de zoneamento incorpora os princípios da segregação social. López de Lucio (1993, p. 84-85) apresenta as críticas de G. Piccinato e Franco Mancuso, que definem a técnica como um instrumento ideológico, “de defesa dos valores do solo e da discriminação social”. Ao definir os tipos de usos e tipologias de uma região, os planos podem restringir a presença, como morador ou usuário, de certas classes sociais, consideradas indesejáveis para a harmonia socioeconômica. Surgem, assim, bairros privilegiados, sem as atividades incômodas ao uso ali determinado, especializado, cujos terrenos recebem um valor acima do restante da cidade. Nos Estados Unidos, a definição de zonas, amplamente utilizada no planejamento urbano, serviu para reforçar o preconceito racial, chegando a serem criados, em Atlanta, 1922, os *coloured districts*. O autor dessa propositura foi R. Whitten, que defendia, inclusive, a idéia de que a segregação social e econômica é “inevitável e desejável”; ele não a considera antidemocrática. (López de Lucio, 1993, p. 88)

² Esses projetos apresentavam um traçado rigidamente reticulado e foram implantados em área contínua à cidade medieval, sendo que as mais famosas são as de Barcelona e Madrid.

³ Outros instrumentos compõem o conjunto geral do planejamento urbano europeu do final do século XIX e início do século XX, tais como: Plano Parcial (destinado a partes da cidade), Planos de Alinhamento e as Ordenanças de Edificação.

Aproximadamente na mesma época e seguindo, ainda, a linha positivista do planejamento urbano, eram propostos na Inglaterra os modelos de "cidade jardim" e "cidades-satélites". A idéia principal era a descentralização, com o objetivo de se caminhar na contramão do crescimento contínuo das cidades. A busca da melhoria da qualidade de vida urbana se daria com a diminuição e multiplicação dos aglomerados. Assim se formaria um tipo de rede de assentamentos residenciais no entorno do centro funcional, separados por extensas áreas de campo e unidos por um eficiente sistema radial de vias.

Esses modelos, adotados principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, já carregavam o embrião de uma discussão que envolveria outras disciplinas, sobretudo a sociologia. Trata-se da preocupação com a vida do homem nas grandes aglomerações, principalmente com o seu estado mental. Resolvidos os problemas básicos de saúde do meio urbano (saneamento) e com os avanços tecnológicos (transporte e comunicação) do começo do século XX, a população aumenta e os lugares de suas atividades são rapidamente modificados. A cultura urbana pressiona no sentido de uma transformação das relações humanas, considerando que não há mais ambiente para reprodução do modo de vida rural ou dos pequenos vilarejos. A massificação exige novos comportamentos, novos valores. Park (1979, p. 46) aponta que as relações passam de "primárias", diretas e individuais, para "secundárias", indiretas e massificadas.

Park, juntamente com Burgess e McKenzie, e, mais tarde, Wirth,⁴ representantes da Escola de Chicago, preocupados com o rápido crescimento das cidades americanas, propuseram-se a estudar o fenômeno urbano. Para tal, utilizaram conceitos da teoria evolucionista, transportando-os para análise da sociedade, assim como fez a geografia no século XIX, inclusive com o determinismo geográfico, por acreditar que o homem, como parte da natureza, seguiria as mesmas leis desta. As bases positivas se mostram muito eficientes para compreender os fenômenos de modo a habilitar o cientista a construir previsões. A ecologia humana, que os sociólogos americanos desenvolveram, fundamenta-se nas noções de balanço natural, competição, domínio e sucessão para abordar os problemas urbanos, como controle social, competição e isolamento; segregação e violência; mobilidade espacial e social e a presença de "uma marcada divisão do trabalho e especialização funcional". (Capel & Urteaga, 1991, p. 33)

O exagerado uso das analogias biológicas e a estreita visibilidade da questão urbana, isolando a cidade, espacial e socialmente, e tornando o "urbanismo (...) um modo de vida" (Wirth, 1979, p. 90), fizeram da Escola de Chicago alvo de críticas, mas sua influência foi marcante, tanto na sociologia como na geografia.

⁴ A influência primeira desses teóricos da Escola de Chicago veio da Europa com George Simmel, que escreveu em 1902 o ensaio "A Metrópole e a Vida Urbana", onde, ao abordar o "homem metropolitano" diante da angústia de ver seus "valores reduzidos à economia monetária" (Rodrigues, 1987, p.125), usa princípios da sociopsicologia.

Na arquitetura, outro movimento acontecia em terras européias, no período entre as duas grandes guerras. Em contraposição à "cidade jardim"⁵ é proposta a "cidade funcional" que, baseada na teoria racional, preconizava para o planejamento urbano o atendimento de três funções fundamentais – habitar, trabalhar e distrair – e a instituição de um "sistema racional de redistribuição do solo" (López de Lucio, 1993, p. 103). Os funcionalistas acreditavam que, pela imposição da legislação ou de qualquer outro tipo de ação coibitiva, poder-se-ia resolver os problemas de apropriação econômica indevida do solo urbano. O limite do Plano é a intervenção no espaço físico. O zoneamento foi uma das técnicas utilizadas e o resultado, apesar da intenção inicial de socialização, não deixou de ser segregador.

Destaca-se, no entanto, um outro aspecto relativo à preocupação com as classes menos favorecidas: a produção de moradias populares. Até a crise de 1929, os programas habitacionais do governo de vários países marcaram as cidades européias dentro de uma tendência de descentralização territorial (cidades-satélites) e zoneamento. A primeira devido a uma questão óbvia envolvendo o valor da terra – as terras mais baratas estão longe do centro econômico – e a segunda em resposta à visão positivista de que o meio homogêneo facilita o alcance do equilíbrio.

Esse princípio da homogeneização do espaço se expressa tanto por função como por classe, como visto nas descrições acima. A cidade se desenha internamente por partes iguais que interagem com outras diferentes, mas sem que ocorra a "mistura", principalmente de classes. É a receita de ordem para o progresso.

Entretanto, algumas manifestações contrárias ao estilo moderno de planejar entendiam que a criação de zonas com funções exclusivas "não corresponde às funções naturais das pessoas" (Mausbach, 1981, p. 34). Sobre esse assunto, Harvey (1994, p. 75) cita o que Jane Jacobs escreveu em *The death and life of great American cities*, de 1961, sobre as cidades reconstruídas após 1945:

Havia, *observou ela*, alguns processos de mercado em ação que tendiam a contrariar a afinidade humana "natural" com a diversidade e a produzir uma rígida conformidade dos usos da terra. Mas esse problema tinha a grande contribuição da maneira como os planejadores se declararam inimigos da diversidade, temendo o caos e a complexidade por considerá-los desorganizados, feios e irremediavelmente irracionais.

Independentemente do que pudesse pensar a população, a ciência não considerava o senso comum. Assim, os estudos urbanos prosseguiram sob a influência primordial do retorno do positivismo, em especial com a geografia quantitativa. Envolvidos em princípios estatísticos e renunciando a fatores diferenciadores, como a história, os chamados neopositivistas procuraram "elaborar modelos explicativos da estrutura urbana e de seu funcionamento". (Capel & Urteaga, 1991, p. 50)

⁵ Le Corbusier, um dos mais importantes representantes dessa linha, acusa a "cidade jardim" de produtora de um "individualismo escravizante". (López de Lucio, 1993, p. 106)

A especialização do espaço urbano já ocorria, devido à própria exigência do pleno desenvolvimento do capitalismo e facilitada pela adoção do *zoning* em algumas cidades. Os quantitativos queriam identificar sua lógica e aperfeiçoar sua eficácia. Assim, o interesse concentrava-se em encontrar as necessidades comuns a todos os grupos de atividades e construir modelos que, alimentados por um sistema de variáveis, definiam situações presentes e possibilitavam escolhas futuras. Considerando a acessibilidade e o valor do solo como os principais condicionantes, os geógrafos defendem a idéia de que as atividades se localizam "de acordo com um padrão ordenado a partir do centro" (Capel & Urteaga, 1991, p. 552). Houve tentativas de usar a teoria dos lugares centrais de Christaller⁶ para explicar a distribuição dos centros comerciais urbanos e a localização de indústrias.

O planejamento das localizações das novas atividades, segundo o enfoque da geografia positivista, não considerava a dimensão social, limitando-se à questão físico-territorial. A idéia propulsora é aumentar a eficiência da utilização do solo urbano, oferecendo melhores condições de expansão econômica, e a solução é, novamente, definir lugares específicos para atividades específicas, a fim de facilitar o controle e prever com mais precisão.

Esses estudos contribuíram para estreitar o vínculo do planejamento urbano com o meio científico e reforçaram, por outro lado, a dificuldade de diálogo entre o planejador e o político. Consta-se que, por volta dos anos sessenta, o planejamento buscava na mais pura técnica os caminhos da eficácia e se distanciava da prática cotidiana do poder.

Nada mais correto para a ciência moderna, pois, aprofundando-se nas metodologias matemáticas ou físicas, assegurava-se a neutralidade ideológica. Segundo o pensamento neopositivista, os "juízos axiológicos" não podem estar presentes, pois "a ciência tem um caráter descritivo e não pode realizar julgamentos de valor" (Capel, 1988, p. 371). Sobre as concepções da década de sessenta, comenta López de Lucio (1993, p. 243):

(...) creía posible la generación de planes de urbanismo que expresaran, de forma indiscutible, la racionalidad en la utilización del territorio, fuera de todo juicio de valor o de toda expresión de intereses contrapuestos. Estos planes, partiendo de un exhaustivo análisis de la realidad, generaban alternativas de desarrollo que eran evaluadas de acuerdo con criterios "objetivos" (científicos), permitiendo elegir la mejor de ellas, que pasaba a erigirse como la propuesta de Plan idónea e indiscutible.

⁶ Essa teoria foi desenvolvida na Alemanha para explicar a distribuição e hierarquização das cidades caracterizadas como centros de serviços. Para tal, pressupõe grande "área plana uniforme, com distribuição homogênea de densidade e renda, sem linhas privilegiadas de transporte, e que nela existam núcleos que são centros comerciais e de serviços" (Capel, 1988, p. 392). "Naturalmente, o preço de um produto vendido na cidade aumentará com a distância, ao ter que somar o custo do transporte". Considerando que todos têm a mesma renda, "a capacidade de aquisição (...) irá diminuindo com a distância" (Capel & Urteaga, 1991, p. 48), chegando a um ponto em que outro centro passa a ser mais próximo. Cada cidade forma sua área de influência circular, que Christaller transformou em hexágono para cobrir todo o território, configurando, assim, uma rede de cidades que podem ser hierarquizadas.

Apesar das influências da "escola francesa de sociologia urbana marxista" no planejamento urbano na década de setenta, as idéias positivistas não são totalmente renegadas. É apenas um "recao provisório" (Topalov, 1988, p. 11). Essas idéias permanecem presentes em práticas difusas, que reproduzem a mesma racionalidade técnica e despolitizada descrita por López de Lucio. No Brasil, por exemplo, essa postura foi adotada em muitas instituições públicas de planejamento, mesmo nos anos setenta.

O planejamento no marxismo

Marx e Engels, em sua produção teórica, não consideraram a questão urbana como um objeto de estudo ou de atenção especial. Entre suas obras, *A situação da classe operária na Inglaterra*, da autoria de Engels e publicada em 1845, é a única que traz uma referência mais consistente aos problemas urbanos, com a descrição das condições de vida da classe operária da cidade de Manchester, no capítulo intitulado "As grandes cidades".

Voltados para elaborar a crítica à sociedade capitalista, envolvendo, assim, não só a vida dos habitantes das cidades mas de toda a nação, esses filósofos consideraram os problemas urbanos apenas como mais um dos problemas da sociedade. Assim, mesmo considerando a cidade como o palco supremo do capitalismo, os filósofos não privilegiam o lugar como fator determinante do modo de produção e afirmam, segundo Machado (1987, p. 119), que "sua (da cidade) transformação não dependerá de modelos, mas somente da transformação global da sociedade". Adia-se, dessa forma, o estudo específico da cidade.

Martins (1996, p. 18) interpreta a questão da falta de referência espacial na obra marxiana com argumentos que poderiam explicar essa mesma falha em relação à cidade. O autor alerta que Marx queria desenvolver uma teoria capaz de reconhecer o processo de reprodução do capital em todas as nações seguidoras da lógica capitalista. Transferindo-se para a dimensão urbana, pode-se dizer que um método proposto para analisar uma realidade sustentada por um tipo de relação de produção deve abranger toda a extensão espacial dessa realidade: o país ou os países, o meio rural ou o urbano. Acrescente-se que, por exemplo, o processo de produção capitalista já está no campo desde o seu surgimento, não tendo como objetivo a distinção entre campo e cidade.

Benévolo, trabalhado por Machado (1987, p. 119), no entanto, não entende dessa forma e faz duras críticas à ausência da análise urbana nas obras de Marx. O historiador acusa que essas idéias, ao serem adotadas pela esquerda europeia do século XIX, desencadearam o processo de "ruptura entre a política e o urbano", condenando os estudos da cidade ao tratamento estritamente técnico. Ainda de acordo com o autor, essa foi a abertura necessária aos conservadores para reforçarem a idéia positivista de despir os projetos urbanos de dimensão política, usando o discurso asséptico e apolítico do técnico para justificar inter-

venções físicas de combate aos conflitos sociais, ocorridas no século XIX e início do século XX.

A posição de Benévolo atribui uma responsabilidade muito grande à oposição marxista, dando-lhe um poder de interferência no processo capitalista que a história não nos mostra. Por outro lado, essa maneira não explícita de tratar a questão urbana pode ter contribuído para o retardamento da introdução de uma visão mais crítica nos estudos da cidade, propondo alternativas ao pensamento positivista.

O adiamento dessa discussão é prolongado e somente na década de sessenta do século XX (quase 100 anos após a publicação do *O Capital*), surgiram os primeiros estudos urbanos mais consistentes de concepção marxista. Houve, nessa época, o ressurgimento da esquerda na Europa e nos Estados Unidos. A academia reiterou o movimento com a consolidação de bases teóricas fundamentadas no pensamento marxiano para a análise do planejamento urbano.

Topalov (1988, p. 5) considera o ano de 1968 um marco na produção marxista do planejamento, deixando os positivistas um pouco acuados diante de tanta vitalidade crítica. Numa reação à expansão e fortalecimento do capitalismo, os movimentos sociais se multiplicam e o clima pressiona sobretudo o Estado a se posicionar diante da situação. Os intelectuais são estimulados a produzirem material para a crítica ao modelo econômico.

Os sociólogos começam a tratar a "cidade como resultado de um processo de produção, vindo na urbanização um fenômeno eminentemente capitalista" (Rodrigues, 1987, p. 126). Estabelece-se, assim, uma forma mais politizada de se pensar o urbano.

Segundo Rodrigues (1987, p. 126), na década seguinte, a pesquisa urbana recebe reforços teóricos vindos de marxistas como Lefebvre, Lojkine, Castells e Topalov, que aperfeiçoam os conceitos, com as seguintes premissas:

1. a cidade surge como resultado da expulsão dos pequenos proprietários do campo, no séc. XIV, formando um contingente que seria posteriormente utilizado na indústria;
2. a cidade cresce norteadada pela concentração de população e capital, a primeira devido à "desagregação da estrutura rural camponesa" com a introdução do capitalismo no campo e a segunda com a apropriação, pela burguesia, dos "instrumentos de trabalho e riquezas";
3. a cidade é o "local da reprodução da força de trabalho, do controle financeiro e ideológico do capital";
4. a cidade é o espaço onde se desenvolvem as lutas de classes, "centro das contradições da sociedade (e do capital)".

Com essa abordagem, Lefebvre realizou uma leitura atenta da obra de Marx e Engels e, apesar de não encontrar material explícito, defende a idéia de que o lugar da cidade na teoria desses filósofos está garantido como o "local dos contrastes

e da alienação do homem e o espaço repressivo por excelência” (Rodrigues, 1987, p. 126). A dominação capitalista encontra no urbano os elementos necessários ao fértil crescimento das contradições do espaço e da produção, como “a divisão social do trabalho, a concentração das forças produtivas e o poder”.

Esses teóricos assumem uma postura crítica em relação às propostas positivistas para os problemas urbanos, compostas de modelos prontos que, considerando apenas a superficialidade da realidade, definem um desenho ideal de cidade. Mas para quem? Segundo os marxistas, esses modelos atenderiam aos desejos dos capitalistas, pois minimizariam ou camuflariam os conflitos internos ao sistema por eles mantido. Então, o primeiro passo é a compreensão da realidade em todas as suas dimensões.

Para tal, Lefebvre propõe o uso do método dialético materialista, que apreende o espaço e o tempo em um duplo movimento: o horizontal e o vertical. Martins (1996, p. 21) descreve assim os três momentos dessa análise da “realidade social”:

- O primeiro se compõe de descrever a realidade vista “a partir de um olhar teoricamente informado”, em que “o tempo de cada relação social ainda não está identificado”;
- Depois são feitos vários cortes verticais de modo a localizar cada relação social em seu tempo, sua história, e, assim, as diferenças surgem com mais clareza. O que, no momento anterior, “parecia simultâneo e contemporâneo, é descoberto como remanescente de época específica”;
- O último é o momento “regressivo-progressivo”, que significa voltar ao presente com o olhar amadurecido pelas experiências do tempo e da teoria e, então, “descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses de diferentes categorias sociais”. O autor finaliza: “Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado”. (Martins, 1996, p. 22)

Lefebvre assume, dessa forma, uma posição claramente revolucionária, acreditando na transformação – na busca das “possibilidades” tiradas da essência mais profunda da realidade – pelo impulso temporal que descongela o espaço. Se a superfície é o *locus* do poder e nela está cristalizado seu domínio, o caminho para as mudanças se encontra nos “subterrâneos da vida social”, no ajuntamento das “virtualidades” surgidas dos desencontros. Todo esse movimento levaria às transformações mais fundamentais da sociedade. (Martins, 1996, p. 23)

O método proposto por Lefebvre, tendo originalmente como referência o meio rural, apresenta uma forma de estudar a realidade que se harmoniza com a explicação de Löwy para o método dialético. Nessa concepção, a pesquisa urbana se coloca em total oposição à forma positivista de conceber a análise da cidade.

Como Topalov (1988, p. 11) destacou, a proposta dos marxistas é ir além do que "as coisas (...) deveriam ser", superar a cidade ideal que define, rigidamente, o lugar de os cidadãos "funcionarem" para cada atividade. Afinal, a vida cotidiana não é um somatório de funções e a cultura humana, ao contrário do que afirma Le Corbusier (López de Lucio, 1993, p. 64), não é "um estado de espírito ortogonal".

Lefebvre (1991) acredita no potencial crítico que a análise do próprio objeto de estudo pode provocar. Reforça essa idéia ao se dispor a mergulhar na essência da coisa em si, resgatando sua "razão de ser", mas num movimento que vai da aparência e da "superfície à 'substância' das coisas".

É nesse sentido que o filósofo francês identifica três dimensões para as "práticas espaciais" e que Harvey (1994, p. 201) assim as descreve:

- O vivido: são as referências materiais, os "fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço, de maneira a garantir a produção e reprodução social";
- O percebido: são as representações do espaço que explicam o vivido, sem, no entanto, esgotá-lo; para tal compreensão, recorre-se aos "termos do senso comum cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas";
- O imaginado: são os espaços de representação que extrapolam o real para conceber utopias, "novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais".

O movimento da análise também aqui se faz presente, transitando entre as dimensões para se alcançar o conhecimento da sociedade e propor sua transformação. A superficialidade do vivido tem que ser considerada, mas o percebido não pode perder a força da mensagem das representações, assim como o imaginado pode indicar os desejos nascidos na prática do cotidiano.

O espaço urbano, por excelência, recebe essas práticas como seu elemento de expressão ativo que molda e é moldado pelas relações sociais, imprimindo-lhe as marcas temporais. Enquanto o capitalismo "tenta imobilizar o espaço", caracterizando-o como homogêneo, fragmentado e hierarquizado pelo pensamento positivista, Lefebvre (1990, p. 63) reconhece a dinâmica desse espaço, conceituando-o como um "produto social e político, (...) um produto que se vende e se compra", lugar da reprodução das relações sociais e com direito à diferença e à democracia. Carlos (1996, p. 134), em seu texto sobre Lefebvre, explicita muito bem as idéias desse autor:

Por sua vez o espaço, visto como campo de possibilidades, permite conceber o virtual, isto é, a produção de um espaço diferencial que se opõe ao homogêneo, fragmentado, hierarquizado, e contempla o uso tendo como ponto de partida o vivido como obra que se incorpora na utopia.

A. Rofman, citado por Santos (1986, p. 137), escreveu sobre a compreensão da dimensão espacial no contexto da realidade: "A realidade espacial é uma di-

mensão em permanente estado de reajustamento sob a influência da realidade econômica e social que, ao mesmo tempo, exerce sua influência sobre essa realidade”.

Assim como em Lefebvre, essa concepção não interpreta o espaço como um elemento sem expressão, como receptáculo do vivido, mas como personagem de um diálogo.

Nas conceituações aqui apresentadas, é possível reconhecer uma oposição explícita ao planejamento urbano de base positivista adotado pelo capitalismo. Lefebvre, segundo Oseki (1996, p. 115-116), aponta que as três principais características do espaço capitalista-estatista, como acima citado, são a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização. A primeira traduz-se em espaços repetidos, mas desiguais, não significando uma distribuição homogênea da apropriação, do acesso aos serviços ou da propriedade. Os fragmentos são a consolidação da mercadoria, ou seja, o espaço “consumido aos pedaços, em lotes”. E a terceira e última versa sobre a hierarquização: mostra-se a divisão do espaço de acordo com as condições socioeconômicas de seus ocupantes. O pensador francês considera que a única possibilidade de se alcançar a diferenciação seria pelo uso. Isto se daria pela apropriação do espaço, livre da pressão que a propriedade possa exercer. Mas o Estado planeja esse espaço de forma a manter o rígido desenho da setorialização, não permitindo, com “violência velada ou explícita”, que ocorra qualquer ação transformadora.

Identifica-se, sobretudo, a crítica à proposta de *zoning*, tão difundida entre os planejadores urbanos desde o começo do século XX, segundo a qual uma rigorosa legislação dita o lugar das atividades. Formam-se, dentro dessas zonas, grandes espaços ocupados exclusivamente por residências ou por população de uma certa classe social, devido à valorização do lote e com forma de ocupação e uso determinados. O resultado é a segregação socioeconômica, a monotonia da paisagem e a impossibilidade de usar o espaço para atendimento às necessidades que compõem o cotidiano. O espaço é planejado apenas em sua dimensão física e é, na verdade, congelado, imobilizado, sem interação com as outras realidades.

Esses são os pontos principais contra os quais vão se debater os planejadores urbanos que fazem do marxismo sua sustentação teórica, pelo menos os planejadores que não estavam esperando uma transformação revolucionária da sociedade para propor ações nas cidades. Não se pode esquecer que essas propostas se consolidariam após uma pesquisa profunda do objeto, quando seriam compreendidos os processos das relações sociais, contextualizando-se a problemática e identificando-se o papel do Estado, dos proprietários dos meios de produção e da renda imobiliária, da população e de outros agentes que interferem na produção ou reprodução do espaço.

A compreensão da totalidade da produção social, como dita a análise dialética e em contraposição ao espaço dividido do capital, apenas se efetiva se houver uma multiplicidade de olhares construídos sobre as bases de diversas disciplinas.

Iniciam-se nos anos 70 mudanças na convivência entre as áreas de estudo que têm a cidade como alvo. Considera-se que a análise de uma realidade social não pode separar os vários aspectos que conformam o meio urbano. Afinal, todos os fatores interagem em certos momentos de seu processo, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos ou técnicos, envolvendo, assim, sociólogos, economistas, advogados, arquitetos, engenheiros, historiadores, geógrafos, entre outros.⁷

O setor imobiliário se fortalece nos grandes centros urbanos e o Estado se estrutura para investir em políticas públicas, que cumprem o duplo papel de regular a ação privada e fornecer condições para seu êxito. Os marxistas encontram neste material campo fértil para pesquisas interdisciplinares. O objetivo é “analisar ao mesmo tempo a acumulação do capital nas produções urbanas e o papel das políticas públicas neste processo”. (Topalov, 1988, p. 12)

Por outro lado, os movimentos sociais urbanos passam a agitar sobretudo as cidades da América Latina. Certas abordagens marxistas foram amplamente estudadas, ressaltando-se que a ação coletiva estaria acima da individual. Reforçava-se a idéia da socialização do acesso aos serviços oferecidos pelo Estado, aos equipamentos, à terra, enfim, ao consumo. O mundo capitalista não consegue encobrir seus conflitos internos e a burocracia do Estado não é capaz de ocultar os problemas provenientes da “complexidade das relações sociais” (Nasser & Fumagalli, 1996, p. 34). Podia ser identificada uma iminente transformação da sociedade, como pretendia Marx. Talvez fosse pretensioso pensar nesse sentido, mas de qualquer forma os cidadãos buscavam o espaço da manifestação de seu descontentamento com o procedimento do Estado em relação ao planejamento da cidade. Alertava-se, ainda, aos tecnocratas, que se poderia dar uma qualificação política à questão urbana.

Entretanto, não faltaram críticas aos vários marxismos que se conformaram principalmente na retomada da leitura de Marx e Engels nos anos 1960/1970. Inclusive aos próprios integrantes do grupo. Lefebvre (1990, p. 64), por exemplo, numa entrevista realizada em 1983, mantinha suas acusações a certos teóricos do pensamento marxista, como Castells e Preteceille, por considerá-los demasiadamente “reducionistas” ao definirem o espaço apenas como valor de troca, restringindo suas análises a “especulação imobiliária” e “preço do solo”. O excesso de atenção dada à dimensão econômica do estudo do espaço estaria deformando a realidade. Afirma, ainda, existir “uma obsessão em relação ao método científico estabelecido, à epistemologia e ao materialismo dialético”.

⁷ Essa forma de pensar faz parte de um movimento mais abrangente de oposição à exagerada especialização imposta pela ciência moderna às disciplinas acadêmicas, que vai se prolongar até os dias atuais, como se pode constatar nas reflexões deste trabalho sobre a pós-modernidade, quando se fala da transdisciplinaridade.

O PLANEJAMENTO E A PÓS-MODERNIDADE

O planejamento urbano pode ser facilmente identificado com a era da razão. Seu nascimento se deu no auge da ciência moderna no século passado, com uma forte conotação de desenho urbano guiado por uma abordagem estética e higienista. No século XX passa a ser explicitamente associado à idéia de progresso: "Planeja-se para modernizar-se, para crescer, para desenvolver-se" (Hissa, 1998a, p. 2). Seguem-se os princípios positivistas para alcançar o objetivo precípua do planejamento, como um todo, de organizar ou ordenar ações no presente para "evitar caminhos e situações não desejadas no futuro" (Hissa, 1997, p. 39). Assim, o planejamento racionalista predominou na questão urbana, encontrando no Estado um seguro respaldo para sua ação reguladora.

A crise da ciência moderna afeta o planejamento e exige a revisão de antigas posturas. A dúvida sobre o lugar do planejamento nas cidades toma forma diante da constatação de que os problemas urbanos se agravavam sem que a ação planejadora conseguisse controlá-los, como era seu objetivo. Pelo contrário, as regras rígidas são, muitas vezes, um empecilho à melhoria das condições de vida na cidade. O planejamento distanciara-se de tal maneira do objeto de reflexão que criou um caminho artificial, inclusive com uma linguagem própria. A ciência moderna se incumbiu de consolidar o afastamento do discurso científico em relação aos "discursos normais que circulam na sociedade", tais como "discurso do senso comum, discurso estético ou discurso religioso" (Santos, 1989, p. 12). O alijamento dos outros no processo criado pelos planejadores inviabilizou o diálogo e esvaziou os propósitos do planejamento, tornando-o estéril e excessivamente técnico.

As experiências da modernidade mostram que os objetivos idealizados no planejamento têm como inspiração valores que definitivamente não são universais e não atendem a todos. Mas o modelo tecnicista acreditava no poder que a ciência tinha na definição da verdade única. Seus seguidores se sentiam aptos a escolher o melhor para todos e se diziam ancorados em dados estatísticos que definiam o desejo da maioria. Por isso, por mais que se tentasse introduzir elementos de uma arquitetura mais avançada, mais aberta, como a participação popular ou um profundo estudo da região a ser trabalhada, existia um elo ainda muito forte com a modernidade e com o positivismo, que esvaziava qualquer discurso. O que restava era uma falácia asséptica, distanciada da práxis e da realidade, ou seja, da política. Os extensos e enfadonhos diagnósticos se tornaram ótima literatura das bibliotecas dos órgãos de planejamento e os movimentos sociais eram cooptados pela máquina burocrática. O conhecimento do objeto era construído, em muitos casos, com preciosismo, usando técnicas eficientes, subsidiando análises rigorosamente técnicas e chegando a propostas que, geralmente, não eram implantadas. Os planejadores não conseguiam romper ou minimizar a bipo-

larização práxis e especulação, que se fazia presente à medida que eles insistiam em manter sua posição externa ao ambiente-alvo, ao vivido e, neutralizados pelo saber, afastavam-se da dimensão política.

Idealizava-se um desenho de cidade em que as práticas e relações sociais dos habitantes eram previsíveis e economicamente estáveis. O que eles não imaginavam era que a cidade ideal não é única, cada um constrói sua cidade ideal em seu tempo e espaço.⁸ Nesse projeto imaginário, a dimensão físico-territorial toma proporções definidoras, acreditando-se que o ambiente construído, concreto, conformaria o comportamento, os sentimentos, as economias.

Lefebvre (1970, p. 241), ao criticar o urbanismo por impor “um espaço repressivo representado como objetivo, científico, neutro”, tenta compreender onde se encontra o momento de resistência, por parte dos planejadores, à politização dos problemas urbanos. Analisando o ato de planejar, o autor argumenta:

L'architecte qui dessine, l'urbaniste qui compose le plan-masse voient de haut et de loin leurs 'objets', immeubles et voisinages. Ils se meuvent, concepteurs et dessinateurs, dans un espace de papier, d'écritures. Après cette réduction presque totale du quotidien, ils reviennent à l'échelle du 'vécu'. Ils croient le retrouver, alors qu'ils exécutent leurs plan et projets dans une abstraction au second degré. Ils sont passés du 'vécu' à l'abstrait pour projeter cette abstraction au niveau du 'vécu'. Substitution double, double négation qui établit une affirmation illusoire: le retour à la vie 'réelle'. Ainsi fonctionne l'aveuglant-aveuglé sur le champ qui semble éclairé et n'est qu'un champ aveugle. (Lefebvre, 1970, p. 241)⁹

As mudanças, então, teriam que passar necessariamente pela postura do planejador no processo. Matus (1987, p. 55) também destaca essa falha de posição e tenta explicar a cegueira apontada por Lefebvre:

Toda esta revolución en la teoría de la planificación puede explicar-se a partir del cuestionamiento de un supuesto básico en que descansa todo el edificio teórico de la planificación tradicional. Ese supuesto es el siguiente: el actor que planifica está fuera o sobre la realidad planificada y en consecuencia no coexiste en esa realidad con otros actores que también planifican.

⁸ Essa pluralidade de cidades dentro de cidades pode trazer lembranças de Italo Calvino em *As cidades invisíveis*, mas, num ponto de vista mais lúdico, recorda-se uma música de Chico (Buarque, Bardotti & Enriquez, 1977) em seu teatro musical infantil *Os saltimbancos*, intitulada “A cidade ideal”: “... a cidade ideal dum cachorro tem um poste por metro quadrado, não tem carro, não corre, não morre e também nunca fico apertado. A cidade ideal da galinha tem as ruas cheias de minhocas. (...) Jumento é velho, velho sabido e por isso já está prevenido. A cidade é uma estranha senhora que hoje sorri e amanhã te devora”. E a de Descartes seria simétrica, com ruas ortogonais e rigorosamente homogênea.

⁹ “O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe o plano-massa vêem do alto e de longe seus ‘objetos’, edifícios e vizinhanças. Eles se movem, criadores e projetistas, em um espaço de papel, de escrituras. Depois dessa redução quase total do cotidiano, eles voltam para a escala do ‘vivido’. Eles acreditam encontrá-lo, quando ao contrário executam seus planos e projetos em uma abstração de segundo grau. Eles passam do ‘vivido’ ao abstrato para projetar essa abstração no nível do ‘vivido’. Dupla substituição, dupla negação que estabelece uma afirmação ilusória: o retorno à vida real. Assim funciona o cegante-cegado no campo que parece iluminado e é apenas um campo cego”. (Lefebvre, 1970, p. 241)

A distância antagônica e os equívocos se reforçam quando, dentro do sistema de planejamento, a figura do gestor do espaço urbano está completamente dissociada do processo de planejamento. Assim, parece acontecer um duplo movimento de alienação: do técnico em relação à realidade, ao vivido, e do político em relação ao planejamento em si. Os discursos não coincidem e as esquizofrenias surgem, porque o agente planejador, assumido pelo Estado que tomou para si – talvez forçado pela estrutura que o capitalismo impunha – o papel de único responsável pelo planejamento, não quer perder seu lugar de regulador. Mas suas ações planejadoras não são coordenadas nem mesmo pelas bases tecnicistas. Enquanto isso, no plano do real e do vivido, a cidade está sendo construída ou produzida e os espaços apropriados de acordo com a lógica imperceptível aos olhares cegos do planejador.

O resultado dessa situação é o descrédito do planejamento como instrumento de gestão, fundamentado, sobretudo, em sua incapacidade de responder às necessidades prementes da sociedade. O planejamento é colocado como teoria ou simples especulação para um futuro que nunca vai se tornar presente.

Na fase de transição, a proposta do planejamento só se consolida a partir da descoberta da possível aproximação dos lados dicotômicos: especulação e práxis, agentes políticos, econômicos e sociais, entre outros. Para tal, seria necessário o livre trânsito entre os pólos (Moriconi, 1994, p. 16), de modo a flexibilizar os limites e a capacidade reflexiva dos envolvidos no processo. Nesse caso, a proposta é que o técnico assuma seu lado político e que o gestor político inclua, em sua agenda, o lugar do planejamento como movimento processual no cotidiano de governar.

Aliás, um dos aprendizados desse momento é justamente compreender que a dimensão real do cotidiano entrelaça todos os aspectos, exigindo uma aproximação entre todos os agentes contribuintes da conformação do espaço urbano, sua identidade e personalidade. Contudo, vale uma reflexão mais profunda acerca da manifestação desse movimento, porque as tentativas, sobretudo dos profissionais que se inspiravam na concepção marxista, não resultaram em participação. Constatou-se que esses “encontros” eram, geralmente, uma simples formalidade em que se fazia, no máximo, uma consulta para checar os desejos dos setores envolvidos.¹⁰

Em todo esse contexto descrito, o desafio pós-moderno deveria ser o de conduzir o planejamento a questionar sobre sua própria condição, sua natureza e objetivo. Afinal “planificar para quê? Para quem? E por quê?” (Serrano Rodriguez, 1986, p. 10). E, ainda, trazer a dúvida sem, no entanto, negar indiscriminadamente antigas posições, colocando os planejadores como alavancas propulsoras de mudanças. O positivismo e o marxismo não devem ser vistos em posições dicotô-

¹⁰ Esse é um fato ainda presente no planejamento, pois, quando se trata de participação da população, encontra-se resistência, inclusive entre os meios mais progressistas, pela constatação de que as experiências anteriores foram inócuas, sem repercussão real no produto.

micas, nem entre elas e muito menos em relação às propostas a serem construídas. São processos a serem revistos ou vistos com um olhar mais crítico e mais criativo.

Lefebvre, mesmo dizendo-se um seguidor dos princípios marxianos, reconhecia que o momento de transição diante da crise da modernidade não consistia no "fim de uma sociedade e começo de outra", como Marx pensava. Nasser & Fumagalli (1996, p. 26) escrevem sobre o pensamento do filósofo francês:

Seu projeto (de Lefebvre) consiste portanto em investigar, analisar e expor a crise geral do mundo moderno, no sentido de compreender que todos os elementos dessa crise imprimam, de forma paradoxal, sua marca neste mundo. Não se trata de negá-los, aboli-los, mas de promover 'a reintegração geral do que foi pensado, desejado, projetado no curso desse projeto tempestuoso que é o tempo histórico'.¹¹

O autor alinhava sua proposta alertando que a própria crise aponta a sua superação por meio do reconhecimento do mundo das diferenças. Lefebvre propõe, entre os direitos do homem, o direito à diferença, quando os direitos formais seriam substituídos por direitos concretos, respeitando as características das relações sociais presentes. Não se pode tratar a diversidade, o plural, a partir de uma lei única, que se aplique apenas em uma realidade homogênea.

A cidade revela as diferenças e essa é a real dimensão da problemática urbana. A tentativa de homogeneizar o espaço no pensamento positivista e mesmo a visão reducionista de equilíbrio social dos marxistas demonstraram que a realidade e os desejos dos homens não podem ter esse tratamento. Como Lefebvre diz, é necessário expor a crise, desvelar todas as nuances da realidade e extrair, do que se apresenta, os caminhos possíveis. Rolnik (1994, p. 359) propõe que essa visão hegemônica e "a experiência histórica de alisamento do território" sejam substituídos pela "possibilidade de produção permanente de singularização e diferença".

Quando Lefebvre aponta que a única saída para combater o processo de homogeneização do espaço do mundo moderno é pela "insurreição do uso", ele segue, mais uma vez, a via da pós-modernidade.¹² Pela análise do desenvolvimento histórico reconhecem-se dois momentos da trajetória do homem para se adaptar ao avanço do processo social, após a perda de sua espontaneidade:

(...) um que denominou racional, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica, e outro o da apropriação, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra a possibilidade da obra. (Seabra, 1996, p. 73)

O filósofo associa a destruição do espontâneo à destruição do uso, em todas as suas dimensões: do espaço, do tempo, do corpo.

¹¹ Extraído da obra: Henri Lefebvre: le manifeste différentialiste, Paris: Gallimard, 1070, p. 17.

¹² Nada mais natural, pois Lefebvre, antes de ser marxista, era um crítico atento às contradições do pensamento moderno tão expostas naquele momento.

No planejamento essa destruição acontece, sobretudo, no cerceamento do uso do espaço por meio de técnicas como os zoneamentos inflexíveis, inseridos no momento do racional. O Estado moderno, como produtor desses instrumentos de controle e disfarçador dos conflitos, usufrui e reitera essa tendência, minimizando a possibilidade de apropriação pelo mundo sensível. Entretanto, a ação estatal não consegue alcançar a totalidade da vida urbana e, “como ser espontâneo”, retoma o uso do lugar que vive.

Parece ocorrer uma fusão do racional e da apropriação, mas com uma previsível supremacia do primeiro, ou seja, o uso dos sentimentos é reavaliado e readequado, mas o caminho de sua expressão está viciado pela técnica. Assim, não existe mais o espontâneo puro, porque a racionalidade não o permite. Acrescenta-se, ainda, que a pressão econômica e social limita muito a liberdade de se criar desvios de apropriação da diferença em um espaço produzido para ser único. Nesse caso, burlar a ordem posta e imposta passa a ser algo saudável ao ambiente urbano.

A proposta agora é resgatar a espontaneidade e, com isso, contribuir para uma maior fluidez dos elementos que movem e compõem a cidade, pois essa é a garantia da heterogeneidade dos espaços e da flexibilização das formas de circulação desses fluxos. O projeto compatibiliza-se com a idéia de “sistema-fluxo” de Lyotard, que acredita na capacidade de duplo sentido do sistema “auto-diferenciar-se e incorporar as diferenças”. (Moriconi, 1994, p. 32)

O planejamento urbano assumiria, assim, um papel distinto do que lhe foi atribuído pelo pensamento moderno do intocável regulador: o “fazedor” de leis. A legislação, como se apresenta hoje, tem muita dificuldade de assimilar a heterogeneidade. Afinal, não se pode esquecer que o planejamento urbano nasceu em pleno predomínio do pensamento racional moderno e, como tal, o positivismo cartesiano vê apenas as ruas retas e ortogonais e abstrai as curvas sinuosas. Diante dessa incapacidade, a saída seria a busca de um instrumento que absorvesse todas as possibilidades surgidas da convivência do fluxo dos conflitos ou que, simplesmente, as reconhecesse sem pretender regulá-las.

Neste momento, cabe uma discussão sobre a questão da ilegalidade dentro da idéia de rever posições modernas. Na tentativa de compreender a dimensão da ilegalidade, de acordo com as referências da modernidade, verifica-se que ir contra a ordem estabelecida por lei não é, necessariamente, negar a lógica racional, porque é também nessa abordagem que se posiciona o ilegal. O antagonismo das duas partes não tem consistência quando se constata que o que os torna opostos, a legislação, não se sustenta diante da realidade. Entre a intenção da Lei, sua aplicação e o produto de sua ação, acontecem tantos entrelaçamentos e nós que se acaba por não se reconhecer o processo. Percebe-se que, mesmo diante da complexa e relativa espontaneidade da vida urbana, nada é totalmente legal e, muito menos, totalmente ilegal. Certamente pode-se garantir, minimamente, que as regras sejam seguidas, mas, de um modo geral, isso só acontece se elas estão de

acordo com os desejos dos agentes envolvidos. E como os interesses são dinâmicos, principalmente na lógica capitalista, a legislação não os acompanha e se perde na tentativa de cobrir todas as possibilidades.

Regular o vivido é tarefa que, em princípio, a pós-modernidade não assume, porque isso foi uma ilusão da modernidade e não trouxe bons resultados. O direito ao bem-estar, à cidadania, à vida, não se garante com leis regulamentadoras, mas com o exercício cotidiano da apropriação conjunta do espaço da cidade. O planejador não é apenas o técnico que pode ajudar a alavancar processos, acontecimentos. Ele faz parte do Estado, assim como todos os agentes políticos, que estendem seu direito de regular para todos, mas não se ausentam do processo. O Estado assume um lugar mais parecido com o do mediador, com a tarefa de administrar os conflitos, informar os diversos caminhos e assegurar seu livre acesso, provocando ou desencadeando os possíveis, reabilitando o uso.

Seguindo essa linha de pensamento, a concepção pós-moderna de planejamento urbano não pode furtar-se de promover uma revisão do conceito de espaço, pois, considerando-o simplesmente como o suporte das relações humanas, não se compreenderiam as diferentes possibilidades que a cidade apresenta. A crença na transformação das condições gerais da sociedade pelo controle do uso e da ocupação do espaço revela que a modernidade vê apenas a superfície, o visível ou o "concreto".

As dimensões históricas e sociais são convenientemente esquecidas e, assim, o espaço vivido não adquire visibilidade em sua tridimensionalidade temporal: o resgate do passado e a potencialização do futuro no momento presente.

Para captar essas dimensões em sua intrincada cumplicidade, precisamos apurar o que Hissa (1998) chamou de "olhar espacial", que potencializa nossa capacidade de, partindo do fenômeno, "buscar sua razão de ser na coisa em si, na essência" (Lefebvre, 1991), observar a sombra do visível. Da disciplina à multiplicidade de enfoques, distâncias separam ambientes modernos de supostos pós-modernos:

Distâncias a percorrer de um olhar geográfico, disciplinar, a um olhar espacial, que se faz olhar transdisciplinar sobre o tempo que, por um instante, em sua vastidão infinita, se detém nas formas construídas. Tempo que, definitivamente, por um instante, se curva diante do espaço que o absorve e o contém na matéria, pacientemente, nos ritmos da construção da história social e da evolução da natureza. Trabalhar tempo e espaço como categorias gêmeas e complementares implica, portanto, a ruptura concreta de fronteiras disciplinares, a subversão da ordem constituída pelo que historicamente se definiu como moderno. (Hissa, 1998a, p. 19)

A construção desse olhar exigiria um amadurecimento teórico, que ocorreria na contramão da pulverização disciplinar, ocorrida desde o século passado e fundamentada na visão positivista do saber. A idéia surge de uma questão que a própria crise da ciência moderna nos propõe ao constatar que o objeto de estudo, tal como concebido pela modernidade, não atende aos desejos e necessidades da

humanidade. No planejamento, essa incapacidade é muito clara e a complexidade do universo trabalhado impõe o conhecimento de várias áreas em que atualmente está dividida a ciência.

Tentou-se, com a multidisciplinaridade, a justaposição das especialidades na análise urbana, mas os resultados foram insatisfatórios, porque os técnicos continuavam fechados nos contornos de seus conhecimentos. Santos (1989, p. 12) alerta que a especialização se aperfeiçoa ao ponto de não se reconhecer o familiar discurso científico de outras áreas. A proposta, então, é ultrapassar os limites das disciplinas, com maior fruição da comunicação entre elas: uma articulação entre os campos cognitivos coordenada em um mesmo nível, onde não exista subordinação, num "discurso que possibilite demarcar e operar pontos de encontro, de aproximação e convergência". (Moriconi, 1994, p. 115)

O planejamento urbano pode, assim, encontrar os caminhos para se libertar das amarras dos modelos herméticos que lhe são impostos e conquistar o direito de divagar na multiplicidade das possibilidades, criando condições de alcançar, por meio do conhecimento teoricamente construído e da criatividade, uma prática que reforce a comunicação com a realidade espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENÉVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Portugal: Presença, 1981. 166p.
- BUARQUE, Chico, BARDOTTI, Sérgio, ENRIQUEZ, Luiz. A cidade ideal. In: _____. *Os saltimbancos*. Rio de Janeiro: Phonogram, 1977. 1 disco long-play.
- CAPEL, Horácio, URTEAGA, Luis. *Las nuevas geografías*. Barcelona: Salvat, 1991. 96p
- CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988. 509p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A mundialidade do espaço. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 121-134.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994, 349p.
- HISSA, Cássio E. Viana. *Geografia e planejamento: entre o puro e o aplicado*. Belo Horizonte: UFMG, 1998a. p. 2-19. Mimeo.
- _____. *Geografia e transdisciplinaridade: avaliações preliminares*. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, p. 5-20, 1998-b.
- _____. *O projeto de pesquisa: valores e contextos*. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 9, p. 39-55, jul. 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *Conversa com Henri Lefebvre*. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 30, p. 61-69, 1990.
- _____. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970. 256p.
- _____. *Lógica formal/lógica informal*. 5. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

- LÓPEZ DE LUCIO, Ramón. *Ciudad y urbanismo a finales del siglo XX*. València: Servei de Publicacions – Universitat de València, 1993. 272p.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. A questão urbana: parte da estratégia da dominação burguesa. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 4, p. 116-122, 1987.
- MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.
- MATUS, Carlos. *Adiós, señor presidente: planificación, antiplanificación y gobierno*. Venezuela: Editorial Pomaire, 1987. 239p.
- MAUSBACH, Hans. *Introducción al urbanismo: un análisis de los fundamentos de la planificación actual*. México, D.F.: G. Gili, 1981. 152p.
- MORICONI, Ítalo. *A provocação pós-moderna*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. 176p.
- NASSER, Ana Cristina A., FUMAGALLI, Marlene. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-38.
- OSEKI, Jorge Hagime. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 109-120.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 26-67.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. Algumas considerações sobre o urbano. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 4, p. 123-133, 1987.
- ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS JR., O. A. (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994. p. 351-360.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 176p.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986. 237p.
- SEABRA, Odette C. de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.
- SERRANO RODRÍGUEZ, Antonio. Crisis de planificación, crisis de personalidad, crisis ideologica o crisis social. *Revista Ciudad y Territorio*, Madrid, n. 67, p. 9-21, 1986.
- TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 1, n. 23, p. 5-30, 1988.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113.

Endereço para correspondência:

Rua Costa do Marfim, 363, apto. 301 – Estrela Dalva

30575-000 – Belo Horizonte – MG

taniamaf@ig.com.br – taniamaf@aol.com